

No abandono

Gustavo Moreno/Especial para o CB

ERIKA KLINGL
DA EQUIPE DO CORREIO

Aos 18 anos, Willians de Sousa deixou o conforto da casa dos pais para buscar o futuro. Ele morava em Riacho da Aliança (GO), a 100km do Colégio Agrícola de Planaltina, onde cursa técnica em agroindústria. Roberto Pereira da Silva, de 23 anos, tomou decisão semelhante e faz, há seis meses, técnica em agropecuária. Ele saiu de Buritinópolis, também em Goiás, a 300km da escola. Em comum, o sonho de ter o próprio dinheiro e independência. Apesar do esforço, estão longe disso. "Até agora não tivemos aula de verdade porque não tem professor", reclama Willians.

Para piorar, não há material didático. Ontem, os alunos de agroindústria tiveram que se contentar em trabalhar no campo. Não havia professores. Além disso, grande parte do maquinário está encostado por falta de manutenção. No pátio, há mais tratores quebrados do que em funcionamento. Com isso os alunos acabam responsáveis pelo trabalho pesado na área de 2.300 hectares, junto com os poucos funcionários. Até os dois únicos ônibus que levam os mais de 200 alunos que dependem do transporte coletivo do colégio até o centro de Planaltina vivem com problemas.

Roberto Pereira teve mais sorte. O professor de cultura vegetal apareceu. Mas a aula teve que acabar antes da hora. "Levaram a gente para comer em outro lugar. Não tinha gás e não puderam fazer o almoço." As cenas não lembram em nada as escolas técnicas do país sustentadas pelo governo federal. Nessas, os estudantes entram na sala de aula sabendo que no fim do curso superior, com o diploma em mãos, há emprego garantido.

A oportunidade, tão rara para os mais jovens, é rotina entre alunos do curso de enologia do Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet) de Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul. Ou do curso de tecnologia da cachaca da Escola Agrotécnica Federal (EAF) de Salinas, em Minas Gerais. Em ambos os casos, a qualidade do ensino e a especificidade das carreiras fazem a diferença na vida dos estudantes, nas 23 unidades da Federação que fazem parte da Rede Federal de Educação Tecnológica, composta por 152 instituições. São 36 EAFs e 33 Cefets.



WILLIANS SOUSA (D) CURSA TÉCNICA EM AGROINDÚSTRIA MAS ATÉ AGORA SÓ TRABALHOU NA ROÇA: "SEM AULA DE VERDADE PORQUE NÃO TEM PROFESSOR"

Os jovens do DF, Amapá, Acre e Mato Grosso do Sul não têm essa sorte. Na capital do país não há escolas técnicas federais. E boa parte das que existem, ligadas à Secretaria de Educação, sofrem com a falta de livros, estrutura, equipamentos. No Colégio Agrícola de Planaltina, cinco galpões estão destelhados. Alunos tiram leite de vaca na chuva.

PACOTE SOCIAL

Depois do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), vem aí um pacote para as áreas sociais, de educação e de segurança pública. O chamado Pacote de Cidadania terá cerca de 20 ações do MEC, em parceria com outros órgãos, e deve ser lançado nas próximas semanas. Além da expansão da Rede Federal de Ensino Tecnológico, há propostas de aumentar o acesso da população de baixa renda ao ensino superior, dar qualidade à educação básica, reduzir o analfabetismo, investir na formação de professores. Um objetivo é instalar um laboratório de informática em cada escola do país, com ênfase nas rurais. (EK)

Vocação regional

A realidade está próxima de mudar. Taguatinga, Gama e Samambaia vão receber, cada uma, um Cefet. A medida será anunciada no início de março pelo presidente Lula. "A idéia é atender prioritariamente, na segunda fase de expansão, unidades da federação fora da rede", adianta o secretário Eliezer Pacheco, da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (MEC).

A escolha dos cursos ministrados nos centros dependerá da comunidade.

"Vamos buscar, com a população dessas regiões, qual é a vocação de cada uma delas e investir no que for mais necessário e der mais retorno aos jovens", explica Pacheco. "Damos o prédio, a estrutura e os professores, mas o terreno é fornecido pelo governo local como uma espécie de contrapartida", argumenta, ao antecipar que já procurou a secretaria de Educação, Maria Helena Guimarães, para negociar a abertura de Cefets.

Está no Congresso um projeto de lei que cria o primeiro Cefet do DF. Com a aprovação, a idéia, segundo Pacheco, é devolver o colégio de Planaltina ao governo federal, a que pertencia há 30 anos. Caso o GDF não concorde, a bancada do PT enviou ofício à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica pedindo que Ceilândia seja escolhida.

Resistência

O diretor do Colégio Agrícola de Planaltina, Marúcio Gomes da Câmara, vê com reservas a volta da instituição às mãos do governo federal. Ele acredita que a solução para as carências da escola pode estar na Secretaria de Educação e no governo do DF. "Seria bom que tivéssemos autonomia financeira e de gestão e mais recursos. O colégio tem potencial para ser auto-suficiente", argumenta.

"Passo todos os meus dias aqui, abri mão de ficar com a minha família mas sou obrigado a admitir que meus esforços não estão sendo suficientes."

Ele acredita que a situação deve melhorar com a decisão do governo federal de estender o prazo de gasto dos recursos do Programa de Expansão da Educação Profissional. O colégio teria que

devolver R\$ 800 mil até 28 de fevereiro. Na semana passada, o MEC adiou a data da prestação de contas para maio e as portas do colégio, apesar da situação financeira vermelha, não devem fechar. A situação só não é pior porque a Associação de Pais e Mestres (Apam) entra com recursos para pagar o básico. Gastos como compra de adubo e remédios para os animais saem, na maioria das vezes, do bolso dos funcionários.

"Não dá para saber que um animal está doente e não comprar medicamento na hora. Depois a gente vê o que faz. A Apam muitas vezes nos reembolsa", afirma a funcionária Larissa Queiroz, há quase dois anos responsável pelos carneiros, bois e vacas. "Ano passado, não recebemos nenhum medicamento para os mais de 1.500 animais que temos aqui. Só ração", admite. Também faz parte das reivindicações um segurança. À noite e nos fins de semana, o colégio fica exposto à ação de ladrões e baderneiros. Com isso, a irrigação não pode funcionar. "Os cabos que abastecem o pivô com energia são de cobre, similares aos de telefonia, e sempre são roubados para venda. Além disso, já perdemos vários leitões", reclama o diretor.